



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS CURSO
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

JOSEANE DE ALMEIDA LEMOS

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE
PERMANÊNCIA PARA PESSOA SURDA NO ENSINO
SUPERIOR: O caso da UFRB de Cruz das Almas-Bahia

Cachoeira

2024

JOSEANE DE ALMEIDA LEMOS

**ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE
PERMANÊNCIA PARA PESSOA SURDA NO ENSINO
SUPERIOR: O caso da UFRB de Cruz das Almas-Bahia**

Monografia apresentada ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública. Orientador: Prof. Dr. Nelson Eugênio Pinheiro Montenegro.

Cachoeira

2024

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PERMANÊNCIA PARA PESSOA SURDA NO ENSINO SUPERIOR: O caso da UFRB de Cruz das Almas-Bahia

Monografia apresentada ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **NELSON EUGENIO PINHEIRO MONTENEGRO**
Data: 24/01/2025 14:17:37-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Orientador: Prof. Dr. Nelson Eugênio Pinheiro Montenegro. Doutorado em Ciência Política,
Universidade Federal do Grande do Sul.

Documento assinado digitalmente
 **JUDITE FERREIRA PADILHA DA CRUZ**
Data: 23/01/2025 20:48:46-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Judite Ferreira Padilha da Cruz, Mestranda no Programa de Ciência Sociais de UFRR.

Documento assinado digitalmente
 **GREYSSY KELLY ARAUJO DE SOUZA**
Data: 24/01/2025 12:20:32-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Greyssy Kelly Araujo de Souza, Prof. Dra. Universidade da Integração Internacional Lusofonia
Afro Brasileira.

AGRADECIMENTOS

Minha mensagem de agradecimento a todos que compartilharam suas histórias de superação, incentivando-me a nunca desistir, independentemente das adversidades.

Agradeço primeiro a Deus por ter me mantido na trilha certa durante este projeto de pesquisa com saúde e forças para chegar até o final.

Agradeço a minha mãe Benedita heroína que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço. A minha mãe que apesar de todas as dificuldades me fortaleceu e que para eu foi muito importante.

Obrigada meus irmãos (a) Adson, Jose Luiz, Ilma e sobrinha Iasmim que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo superior, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente!

Obrigada! Tia Berna pela contribuição valiosa.

Agradeço a todos, minha família, parentes e amigos que com seu incentivo me fizeram chegar à conclusão do meu curso e começo de uma nova carreira.

Meu agradecimento a minha amiga Joseane Lopes companheira de trabalhos e irmã na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida com certeza.

Também agradeço a meus amigos Erivaldo, Valdelice e, principalmente, a minha monitora Crislane que sempre me ajudou com sua vasta experiência desde o início deste projeto de pesquisa.

Agradeço ao meu orientador Nelson Eugenio por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa. A minha professora Lys pela grande atenção dispensada que se tornou essencial para que o projeto fosse concluído.

Sou grato a todo corpo docente da Universidade NUPI de Cruz das Almas que sempre transmitiram seu saber com muito profissionalismo.

Também agradeço a todos os meus colegas de curso, pela oportunidade do convívio e pela cooperação mútua durante estes anos.

“Conhecer a si próprio é o maior saber”.

Galileu Galilei

LEMOS, Joseane. **Análise da implementação da política de permanência para pessoa surda no ensino superior: o caso da UFRB de Cruz das Almas**, 53 páginas. 2024. Monografia – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2024.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a implementação da política de permanência para pessoas surdas no ensino superior, com foco na experiência da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). A pesquisa aborda as políticas públicas e estratégias adotadas para garantir o acesso e a permanência dos estudantes surdos nas universidades públicas brasileiras, destacando os recursos de acessibilidade, apoio acadêmico e as ações institucionais necessárias para promover uma educação inclusiva. A revisão bibliográfica enfoca as políticas afirmativas de inclusão de estudantes surdos, as barreiras enfrentadas e os avanços alcançados nas últimas décadas. A partir da análise de dados coletados junto à UFRB, o estudo revela que, embora a universidade tenha implementado algumas medidas importantes para a permanência dos estudantes surdos, ainda existem desafios significativos, como a resistência cultural, a formação insuficiente de docentes e a falta de recursos adequados em algumas áreas. O trabalho conclui que a inclusão de pessoas surdas no ensino superior depende não apenas da criação de políticas públicas eficientes, mas também da promoção de uma mudança cultural nas instituições, que valorize a diversidade linguística e cultural, garantindo a igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

Palavras-chave: política de permanência. surdos. ufrb. cruz das almas.

ABSTRACT

This work aims to analyze the implementation of the permanence policy for deaf people IN higher education, focusing on the experience of the Federal University of Reconcieve da Bahia (UFRB). The research addresses public policies and strategies adopted to guarantee access and retention of deaf students in Brazilian public universities, highlighting accessibility resources, academic support and institutional actions necessary to promote inclusive education. The literature review focuses our affirmative inclusion policies for deaf students, the barriers faced and the advances achieved in recent. Based on the analysis of data collected form UFRB, the study reveals that, although the university has implemented some important measures for the retention of deaf students, there are shill significant challenges, such as cultural resistance, insufficient teacher training and the lacy of adequate resources in some areas. The work concludes that the inclusion of deaf people in higher education depends not Only on the creation of efficient public policies, but also on the promotion of cultural change in institutions, which values linguistic and cultural diversity ensuring equal opportunities for all students.

Keywords: Permeance policy. Deaf. UFRB. Cross off Souls.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
NAI	Núcleo de Apoio à Inclusão
PNE	Plano Nacional de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
I. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONTEXTO HISTÓRICO	11
1.1 A inclusão de pessoas surdas no ensino superior	11
1.2 Políticas de Permanência para Estudantes Surdos no Ensino Superior.....	14
II. ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PERMANÊNCIA PARA PESSOAS SURDAS NA UFRB.....	16
2.1 Contexto da Política de Permanência na UFRB.....	16
2.2 Recursos de Acessibilidade e Suporte Acadêmico	18
2.3 Resultados da Política de Permanência na Experiência Acadêmica dos Estudantes Surdos.	19
III. COMPARAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM OUTRAS INSTITUIÇÕES.....	23
3.1 Metodologia.....	23
3.2 Aplicação de Questionário.....	24
3.3 Estudo Comparativo das Políticas de Permanência em Universidades Públicas Brasileiras.	24
3.4 Recurso Oferecidos pelas Universidades Públicas para Estudantes Surdos.....	30
4.5 Contribuições e Limitações das Estratégias para a Formação e Conclusão de Curso	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	40
TABELAS COM RESPOSTAS DOS TRÊS RESPONDESTES DO QUESTIONÁRIO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PERMANÊNCIA PARA PESSOAS SURDAS NA UFRB	
APÊNDICE	
TERMO CONSENTIMENTO	

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas surdas no ensino superior é um desafio que exige políticas públicas eficazes. O Decreto nº 5.626/2005 estabeleceu diretrizes para inclusão educacional, destacando a importância de condições adequadas para conclusão dos estudos e desenvolvimento acadêmico (BRASIL, 2005). Apesar disso, persistem desafios na adaptação curricular, recursos e suporte pedagógico (GOMES; SILVA; SOUZA, 2018).

No Brasil, as universidades públicas têm buscado implementar estratégias para apoiar a inclusão e permanência dos estudantes surdos, embora, na prática, esses alunos continuem enfrentando barreiras que comprometem seu desenvolvimento acadêmico e pessoal (MESQUITA, 2018). Com foco na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no campus de Cruz das Almas, o presente estudo investiga como a política pública de permanência está sendo aplicada para estudantes surdos nessa instituição, analisando os efeitos dessas práticas na experiência acadêmica e na satisfação desses alunos. A UFRB foi escolhida por apresentar uma proposta relevante de inclusão educacional e por contar com um número crescente de estudantes surdos matriculados, exigindo, portanto, que estratégias de suporte e adaptação sejam aprimoradas para que esses estudantes possam concluir suas formações com êxito (AMORIM; CASTRO; GIMENEZ, 2020).

O objetivo principal deste estudo é investigar como a política pública de permanência para estudantes surdos é implementada no campus da UFRB em Cruz das Almas, avaliando os impactos dessa política na experiência acadêmica, no desempenho e na satisfação dos alunos. Além disso, busca-se identificar estratégias específicas adotadas para promover a inclusão plena. Pesquisas como as de Schneider (2017) e de Gabriel et al. (2020) destacam a necessidade de ações continuadas, que incluam intérpretes de Libras, materiais didáticos adaptados e a sensibilização da comunidade acadêmica para as demandas dos alunos surdos.

O tema torna-se relevante, contribuindo para a discussão acadêmica e social sobre inclusão, apontando melhorias nas estratégias existentes e reforçando a importância de um processo de ensino-aprendizagem que valorize a diversidade e promova um ambiente inclusivo (FREITAS, 2019). A estrutura do presente trabalho está organizada em três capítulos principais, abordando aspectos distintos e complementares da análise da política de permanência no ensino superior para estudantes surdos.

O primeiro capítulo explora o papel da educação inclusiva e das políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil. Discute os desafios enfrentados por estudantes surdos no ensino superior e apresenta as regulamentações que visam garantir acesso e permanência acadêmica.

O segundo capítulo foca no estudo específico no campus de Cruz das Almas, apresentando o contexto da política de permanência e os recursos de acessibilidade oferecidos, como intérpretes de Libras e materiais adaptados. Analisa ainda os impactos dessas iniciativas na experiência acadêmica dos estudantes surdos, considerando desempenho, satisfação e integração.

O terceiro capítulo analisa comparativamente políticas de permanência para estudantes surdos em universidades públicas brasileiras. Inicia-se com a metodologia da pesquisa, seguida da aplicação de um questionário destinado a captar percepções de alunos e gestores de diversas instituições. Em seguida, são explorados estudos comparativos das políticas de permanência e recursos oferecidos pelas universidades públicas para estudantes surdos. Por último, discutem-se as contribuições e limitações dessas estratégias para a formação e conclusão de curso, permitindo uma reflexão crítica sobre a eficácia dessas políticas no cenário brasileiro.

Por fim, nas Considerações Finais, são apresentadas as conclusões obtidas a partir da análise, além de possíveis contribuições para futuras pesquisas e aperfeiçoamentos nas políticas públicas para a inclusão de estudantes surdos no ensino superior.

I. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONTEXTO HISTÓRICO

1.1 A inclusão de pessoas surdas no ensino superior

A educação inclusiva e as políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência têm se tornado tema cada vez mais relevante no cenário educacional brasileiro. Com o objetivo de promover o acesso e a permanência dos alunos surdos no ensino superior, diversas iniciativas e legislações foram implementadas ao longo dos anos. Essas políticas buscam não apenas garantir a matrícula dos alunos, mas também assegurar que eles tenham condições adequadas para o seu desenvolvimento acadêmico e social.

Apesar das diretrizes existentes, a inclusão de surdos no ensino superior brasileiro ainda enfrenta desafios importantes. Segundo Amorim et al. (2020), essa inclusão deve ser tratada de forma intercultural, considerando as especificidades culturais e linguísticas dessa população. A autora enfatiza a necessidade de práticas educacionais críticas que reconheçam como as diferenças culturais influenciam a experiência dos estudantes surdos nas universidades.

Bruno (2019) reforça que políticas afirmativas são indispensáveis não apenas para o acesso, mas também para a permanência dos alunos surdos no ensino superior. Ele destaca que a cultura universitária, muitas vezes excludente, precisa ser transformada por meio da sensibilização e capacitação de toda a comunidade acadêmica.

Por outro lado, Gomes et al. (2018), ao analisar a inclusão de estudantes surdos na Universidade Federal de Sergipe, apontam que as práticas pedagógicas devem ser revisadas para atender às demandas específicas desses alunos. A formação de professores e a criação de um ambiente verdadeiramente inclusivo são fatores cruciais para o sucesso da inclusão.

Freitas (2019) ressalta que a inclusão no ensino técnico e superior exige planejamento cuidadoso e colaboração entre gestores, professores e a comunidade. Ele destaca a importância da formação contínua de educadores e da construção de currículos que valorizem a cultura surda, promovendo práticas pedagógicas que atendam às necessidades dessa população.

Por outro lado, o trabalho de Dibbern et al. (2018) discute a educação em direitos humanos e o compromisso social das universidades públicas, apontando que a inclusão de pessoas com deficiência deve ser vista como um direito fundamental. Nesse sentido, as instituições de ensino superior têm a responsabilidade de criar condições que

asseguem o acesso e a permanência dos alunos surdos, promovendo uma cultura de respeito à diversidade.

A surdez não é apenas uma deficiência; é também uma condição que envolve uma rica cultura e identidade. Para muitos surdos, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é sua primeira língua, e a educação deve respeitar essa especificidade (Lourenço, 2017). A cultura surda é caracterizada por valores, práticas e tradições que diferem da cultura ouvinte, e a educação superior deve ser um espaço onde essa cultura é reconhecida e valorizada.

Um dos principais desafios enfrentados por alunos surdos no ensino superior é a barreira da comunicação. A falta de intérpretes qualificados e a escassez de materiais didáticos adaptados em Libras dificultam o aprendizado e a participação plena desses estudantes (Freitas, 2019). Além disso, muitas instituições ainda não possuem uma infraestrutura adequada, tornando o acesso a salas de aula, bibliotecas e laboratórios uma tarefa árdua.

Gomes et al. (2018) destacam que a inclusão de alunos surdos no ensino superior é uma oportunidade de enriquecer o ambiente acadêmico por meio da troca cultural. Atividades extracurriculares, como eventos e grupos de discussão, podem promover integração e fortalecer a comunidade universitária.

Monteiro (2017) evidencia a crescente especialização de surdos, mostrando que a formação de mestres e doutores surdos desafia estereótipos e traz novas perspectivas ao ambiente acadêmico, embora ainda haja desafios em relação à representatividade. Entretanto Freitas (2019) alerta que muitos educadores não estão preparados para atender alunos surdos. A formação inicial e continuada deve incluir Libras, metodologias inclusivas e a valorização da cultura surda, permitindo práticas pedagógicas mais adequadas.

Já Lourenço (2017) reforça a importância de um currículo que integre a Libras como parte essencial do processo educativo, contribuindo para fortalecer a identidade surda e tornar o ambiente mais acolhedor. Outro estudo que vale frisar aqui é o de Mesquita (2018), o qual destaca que políticas públicas inclusivas devem garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e conclusão dos cursos por alunos surdos, por meio de ações afirmativas e programas de apoio que enfrentem desigualdades estruturais.

De acordo com Amorim, Castro e Gimenez (2020), a inclusão no Brasil e em Portugal possui semelhanças no que diz respeito ao reconhecimento da importância

cultural e linguística da comunidade surda. Contudo, diferenças contextuais e estruturais apontam a necessidade de soluções específicas para cada realidade. No Brasil, os surdos enfrentam barreiras que vão desde a ausência de intérpretes de Libras até currículos que desconsideram a cultura surda.

O papel das universidades públicas é crucial na promoção de uma educação em direitos humanos, conforme ressaltam Dibbern, Cristofolletti e Serafim (2018). Essas instituições possuem a responsabilidade de criar um ambiente inclusivo que respeite as especificidades dos surdos, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e para a construção de uma sociedade mais equitativa.

Para além disso, Schneider (2017) argumenta que a inclusão de alunos surdos no ensino superior requer a superação de resistências e a adoção de estratégias que considerem as especificidades linguísticas e culturais dessa comunidade. Dessa forma, entende-se que a educação inclusiva não deve ser vista apenas como uma adaptação técnica, mas como um compromisso ético e político das instituições educacionais com a equidade e a justiça social.

Em suma, o cenário da inclusão de surdos no ensino superior brasileiro reflete avanços e desafios. A legislação e as políticas públicas existentes são fundamentais, porém a efetivação dessas medidas demanda um esforço conjunto de governos, universidades e sociedade. Somente assim será possível garantir uma educação de qualidade que respeite as diferenças e promova a inclusão plena.

Entretanto, a acessibilidade não se limita à presença de intérpretes de Libras. Magalhães (2023) destaca que a ineficiência em adaptar materiais didáticos, a ausência de tecnologias assistivas e a falta de formação de docentes preparados para lidar com as necessidades dos estudantes surdos são obstáculos persistentes. Esdras e Galasso (2017) analisam que, embora as políticas públicas tenham avançado, o desafio está na prática cotidiana. Assim, a inclusão efetiva exige um ambiente universitário que valorize a diversidade como um enriquecimento para a formação acadêmica e cidadã.

A inclusão de surdos no ensino superior é um processo contínuo e desafiador, mas essencial para a democratização da educação e o fortalecimento da cidadania. Logo, combinando políticas públicas bem estruturadas, investimentos em formação docente e a valorização da cultura surda, é possível transformar a universidade em um espaço verdadeiramente inclusivo, onde as diferenças sejam celebradas e a igualdade de oportunidades seja uma realidade para todos.

1.2 Políticas de permanência para estudantes Surdos no ensino superior

As políticas de permanência para estudantes surdos no ensino superior são componentes essenciais para garantir que esse grupo, historicamente marginalizado, tenham condições de concluir sua formação acadêmica. Embora o acesso ao ensino superior represente um avanço significativo, a permanência e o sucesso desses estudantes dependem de medidas efetivas que assegurem sua inclusão plena e sua participação igualitária no ambiente universitário.

O pesquisador Bruno (2019) destaca a importância de políticas afirmativas que assegurem acessibilidade física, comunicacional e pedagógica, com intérpretes de Libras, materiais acessíveis, tecnologias assistivas e currículos inclusivos. Já Ferreira (2022) reforça que a sensibilização da comunidade acadêmica é essencial para combater preconceitos e valorizar a cultura surda.

A evasão, conforme Gabriel et al. (2020), é agravada pela falta de suporte técnico, ausência de intérpretes qualificados e resistência de professores à adaptação pedagógica. Dessa maneira, vale ressaltar que a formação continuada de docentes e técnicos administrativos é indispensável para atender às demandas dos alunos surdos. Além disso, Lourenço (2017) e Monteiro (2017) apontam que a presença de professores surdos na academia contribui para um ambiente mais acolhedor e representativo.

Mesquita (2018) ressalta que as políticas de permanência também devem considerar aspectos financeiros, sociais e emocionais, com a oferta de bolsas de estudo, auxílios financeiros e programas de tutoria. Outro fator crucial, conforme apresenta Magalhães (2023), é a escuta ativa das demandas da comunidade surda e do diálogo com movimentos sociais para o desenvolvimento de estratégias alinhadas às suas necessidades.

Para Freitas (2019) a permanência deve ser responsabilidade de toda a comunidade acadêmica, com articulação entre diferentes setores da universidade. Além disso, redes de apoio, como grupos de estudantes surdos, também desempenham papel crucial ao promoverem intercâmbio de experiências e fortalecimento da comunidade surda (Monteiro, 2017).

Gomes, Silva e Souza (2018) alertam para a necessidade de monitoramento contínuo das ações inclusivas, com avaliações quantitativas e qualitativas que permitam aprimorar as práticas. Transformar a universidade em um espaço verdadeiramente

inclusivo exige investimentos em acessibilidade, formação, sensibilização e a celebração da diversidade como parte essencial do processo educacional.

Do ponto de vista cultural, Lourenço (2017) reforça a importância de se reconhecer a especificidade do currículo surdo. A criação de programas e disciplinas que valorizem a cultura e a história da comunidade surda contribui para o fortalecimento da identidade dos estudantes e para sua integração no ambiente universitário. Essa abordagem vai além da acessibilidade, promovendo uma verdadeira inclusão baseada no respeito às diferenças.

Em síntese, garantir a permanência dos estudantes surdos no ensino superior é um desafio complexo, mas imprescindível para a promoção da equidade educacional. As políticas de permanência devem ser construídas com base em um compromisso coletivo e contínuo, envolvendo esforços governamentais, institucionais e da própria comunidade. Apenas com ações integradas e sustentáveis será possível construir uma universidade verdadeiramente inclusiva, que reconheça e valorize a diversidade como elemento central de sua missão educacional.

Dessa forma, a permanência de estudantes surdos no ensino superior também está relacionada ao fortalecimento da consciência social e do respeito às diferenças linguísticas e culturais. Dibbern, Cristofolletti e Serafim (2018) destacam que a educação em direitos humanos deve ser uma diretriz fundamental para as universidades. Assim, promover campanhas de conscientização e debates sobre inclusão pode ajudar a desmistificar preconceitos e fomentar um ambiente de respeito e acolhimento.

Outro aspecto relevante está na implementação de iniciativas voltadas à saúde mental dos estudantes. Gabriel et al. (2020) ressaltam que a vivência universitária pode ser extremamente desafiadora para surdos, sobretudo diante de barreiras comunicacionais e atitudinais que geram sentimentos de isolamento e exclusão. Nesse contexto, o suporte psicológico e a criação de espaços seguros para discussão e troca de experiências são estratégias importantes para reduzir os índices de evasão e melhorar o bem-estar dos estudantes.

Adicionalmente, Freitas (2019) propõe que as universidades incentivem a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias educacionais inclusivas. O uso de plataformas digitais acessíveis, como vídeos legendados e conteúdos adaptados em Libras, podem facilitar a aprendizagem dos estudantes surdos e ampliar suas oportunidades de participação nas atividades acadêmicas.

O incentivo ao protagonismo estudantil também é uma medida importante. Conforme Bruno (2019), permitir que os próprios estudantes surdos participem ativamente da formulação e implementação das políticas de permanência é essencial para que essas ações sejam realmente eficazes e alinhadas às suas necessidades. Logo, fóruns, comissões e conselhos consultivos que incluam representantes surdos fortalecem a democracia interna das universidades e promovem uma inclusão mais efetiva.

Assim sendo, a promoção de políticas de permanência para estudantes surdos no ensino superior não é apenas uma questão de cumprimento de normas legais, mas um compromisso ético com a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Essas políticas devem ser constantemente revisadas e aprimoradas, com base em um diálogo aberto entre a comunidade surda, os gestores universitários e o poder público. Somente assim será possível garantir que os estudantes surdos tenham as condições necessárias para exercer plenamente seu direito à educação e contribuir com suas singularidades para o enriquecimento do ambiente acadêmico e social.

II. ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PERMANÊNCIA PARA PESSOAS SURDAS NA UFRB

2.1 Contexto da política de Permanência na UFRB

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), fundada com o compromisso de promover a democratização do ensino superior no interior do estado, tem como um de seus pilares a inclusão de grupos historicamente marginalizados. Essas ações estão alinhadas às diretrizes nacionais de inclusão e acessibilidade, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015, que reforça o direito à educação inclusiva, e ao Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas para a ampliação da inclusão em todos os níveis de ensino.

A diversidade cultural e linguística do público surdo traz desafios específicos para a UFRB, especialmente em uma região onde o acesso à educação bilíngue – com foco em Libras e português – ainda é limitado. A falta de recursos financeiros e humanos, bem como a resistência atitudinal de alguns setores da comunidade limita o alcance de ações inclusivas e impacta diretamente a experiência dos estudantes surdos na instituição.

Conforme Gabriel et al. (2020), a escassez de intérpretes de Libras e falta de formação contínua comprometem o suporte acadêmico. Além disso, a ausência de materiais didáticos acessíveis e adaptados, como destacado por Freitas (2019), limita o acesso a conteúdos acadêmicos. Para superar esses obstáculos, é necessário investir em tecnologia assistiva, capacitar docentes e produzir conteúdo inclusivos em Libras.

A falta de integração entre diferentes setores da universidade também representa um obstáculo à implementação efetiva das políticas de permanência. Conforme argumentado por Gomes, Silva e Souza (2018), o suporte aos estudantes surdos deve ser uma responsabilidade compartilhada entre os diversos departamentos e unidades da instituição. Na UFRB, uma maior articulação entre o Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI), os coordenadores de curso, os docentes e os serviços administrativos poderiam otimizar os recursos existentes e ampliar o alcance das ações inclusivas.

Apesar dos desafios destacados, a UFRB tem conquistado avanços significativos na construção de políticas de permanência que favorecem os estudantes surdos. Entre os progressos mais notáveis, está a ampliação do uso de Libras nas atividades institucionais, não apenas no ambiente de sala de aula, mas também em eventos acadêmicos e culturais. Essa medida reflete o reconhecimento da língua de sinais como parte essencial da inclusão, promovendo o pertencimento dos estudantes surdos à vida universitária como um todo.

Outro avanço relevante é a implementação de programas de sensibilização para a comunidade acadêmica sobre as especificidades da cultura surda. Iniciativas como palestras e campanhas educativas têm contribuído para reduzir preconceitos e aumentar a conscientização sobre a importância da acessibilidade. Dessa maneira, essas ações reforçam o argumento de Lourenço (2017) sobre a necessidade de integrar a Libras e a cultura surda no cotidiano universitário para consolidar práticas inclusivas.

Para consolidar e expandir os avanços já alcançados, a UFRB deve adotar uma abordagem visionária e participativa em suas políticas de permanência. Uma possibilidade é o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão voltados especificamente para as demandas da comunidade surda, como a criação de metodologias pedagógicas bilíngues e o desenvolvimento de tecnologias educacionais acessíveis. Essas iniciativas podem colocar a universidade na vanguarda da inclusão educacional no Brasil. Além disso, a UFRB pode buscar parcerias com outras universidades e instituições especializadas na educação de surdos, como o Instituto Nacional de Educação de Surdos

(INES). Essas colaborações podem proporcionar trocas de experiências e o acesso a recursos técnicos e financeiros que fortaleçam as ações inclusivas da universidade.

Outro ponto fundamental é o aprimoramento contínuo das políticas institucionais de permanência. A criação de um plano estratégico de acessibilidade, com metas claras e indicadores de desempenho, pode ajudar a monitorar os avanços e identificar áreas que necessitam de melhorias. Conforme Magalhães (2023), a institucionalização de práticas inclusivas por meio de planejamento e avaliação contínuos é essencial para garantir sua sustentabilidade a longo prazo.

Portanto, é crucial que a UFRB continue a valorizar a participação ativa da comunidade surda em todas as etapas do processo de inclusão, desde o planejamento até a avaliação das políticas de permanência. Esse diálogo é a chave para que as ações sejam eficazes e alinhadas às reais necessidades dos estudantes surdos, promovendo não apenas sua permanência, mas também seu sucesso acadêmico e profissional.

2.2 Recursos de acessibilidade e suporte acadêmico

Os intérpretes de Libras são um dos recursos mais importantes para garantir a acessibilidade comunicacional de estudantes surdos. Na UFRB, o papel desses profissionais é facilitar a interação entre surdos e ouvintes em sala de aula, traduzindo o conteúdo das aulas e atividades acadêmicas para Libras. Além dos intérpretes, tecnologias de tradução simultânea também podem ser exploradas como ferramentas complementares. Softwares e aplicativos que convertem falas para texto em tempo real ou traduzem para Libras têm se mostrado promissores, conforme indicado por Freitas (2019).

Um avanço estratégico seria a criação de uma biblioteca digital inclusiva, com acervo específico para a comunidade surda. Essa biblioteca poderia incluir vídeos, áudio books legendados e materiais interativos, desenvolvidos em colaboração com professores, estudantes e profissionais de acessibilidade.

Na UFRB, a oferta de cursos de Libras para docentes e servidores é um passo importante, mas sua ampliação e obrigatoriedade poderiam gerar impactos mais significativos. Assim, o suporte psicopedagógico é um recurso crucial para auxiliar os estudantes surdos a superarem desafios emocionais e acadêmicos. Schneider (2017) enfatiza que a presença de equipes multidisciplinares, compostas por psicólogos,

pedagogos e assistentes sociais, pode oferecer um suporte mais completo, promovendo o bem-estar e o sucesso acadêmico.

Na UFRB, a criação de um sistema de acompanhamento individualizado, que identifique as demandas específicas de cada estudante surdo, pode melhorar a eficácia das políticas de permanência. Estratégias como mentorias acadêmicas e grupos de apoio também são úteis para fortalecer a integração desses estudantes à comunidade universitária. Dessa maneira, a articulação entre universidade, governo e movimentos sociais é essencial para o desenvolvimento de soluções criativas e colaborativas. Parcerias com organizações especializadas na educação de surdos podem ampliar o acesso a tecnologias assistivas e boas práticas pedagógicas.

Esse NUPI poderia coordenar ações como o recrutamento e treinamento de intérpretes de Libras, o desenvolvimento de materiais pedagógicos adaptados e a promoção de oficinas regulares de capacitação para professores e funcionários. Além disso, o NUPI poderia funcionar como um espaço de escuta ativa para os estudantes surdos, garantindo que suas demandas sejam incorporadas às políticas da universidade.

Conforme Ferreira (2022), é fundamental monitorar os indicadores de acessibilidade, permanência e desempenho acadêmico dos estudantes surdos, para identificar lacunas e direcionar esforços de forma assertiva. Na instituição estudada, a inclusão de relatórios periódicos e avaliações participativas, envolvendo os próprios estudantes, pode gerar dados qualitativos e quantitativos valiosos para a tomada de decisão. A criação de grupos consultivos, compostos por representantes da comunidade surda, docentes e técnicos, também pode garantir que as políticas sejam constantemente atualizadas e alinhadas às melhores práticas.

Com planejamento estratégico, maior investimento em tecnologia e formação, além de um compromisso coletivo a UFRB pode se consolidar como referência em acessibilidade e inclusão. Essas ações não apenas beneficiam os estudantes surdos, mas também contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e equitativa, que valoriza a diversidade como um de seus maiores patrimônios.

2.3 Resultados da política de permanência na experiência acadêmica dos estudantes surdos

A implementação de políticas de permanência no ensino superior para estudantes surdos na UFRB apresentou avanços significativos (MESQUITA, 2018). Foram observadas melhorias no acesso ao conhecimento, mediante intérpretes de Libras e

materiais didáticos adaptados, além da capacitação de docentes (GABRIEL et al., 2020). A integração social também foi promovida por meio de atividades de sensibilização e eventos culturais. Embora persistam desafios, especialmente na adaptação de conteúdos técnicos complexos, essas políticas contribuem para o sucesso acadêmico e inserção no mercado de trabalho (DIBBERN et al., 2018).

No entanto, o processo de integração social enfrenta desafios, especialmente no que diz respeito à resistência de parte da comunidade acadêmica em adotar práticas inclusivas, conforme destacado por Schneider (2017). A falta de conhecimento sobre a cultura surda e a língua de sinais ainda é uma barreira para a plena integração dos estudantes surdos. Por outro lado, iniciativas como grupos de apoio e mentorias têm se mostrado eficazes para fortalecer a sensação de pertencimento e promover o diálogo entre surdos e ouvintes.

Portanto, é importante destacar também que a convivência com outros estudantes surdos, que compartilham a mesma identidade cultural e linguística, tem sido uma experiência positiva para muitos, como observado por Mesquita (2018). Esses espaços de socialização e troca de experiências proporcionam um ambiente seguro e acolhedor, o que favorece a permanência dos estudantes na universidade e a construção de suas trajetórias acadêmicas. Dessa forma, nota-se que isso reflete nos pontos destacados por Freitas (2019), que afirma que a permanência acadêmica dos estudantes surdos depende não apenas da acessibilidade educacional, mas também da inclusão social e cultural no ambiente universitário.

Apesar dos avanços, a permanência dos estudantes surdos ainda enfrenta desafios estruturais. A resistência à mudança por parte de alguns setores da universidade, a falta de intérpretes em todos os momentos acadêmicos e as limitações no acesso a recursos tecnológicos continuam a ser obstáculos. Essas questões podem gerar uma sensação de desconforto e isolamento entre os estudantes, como observado por Magalhães (2023). Portanto, é essencial que a UFRB continue a aprimorar suas políticas de permanência, expandindo recursos e garantindo a efetiva implementação das ações inclusivas.

Os resultados das políticas de permanência na UFRB têm gerado impactos positivos na experiência acadêmica dos estudantes surdos, proporcionando melhores condições de acesso ao conhecimento, integração social e permanência acadêmica. Embora ainda existem desafios a serem superados, como a formação contínua de professores e a ampliação de recursos acessíveis, os avanços conquistados mostram que é possível criar um ambiente universitário mais inclusivo e igualitário.

A continuidade e o fortalecimento dessas políticas são essenciais para que a UFRB se consolide como um modelo de inclusão para estudantes surdos, refletindo a importância do compromisso institucional com a equidade educacional. Além disso, a análise dos resultados dessas políticas deve ser um processo contínuo, com a participação ativa dos estudantes surdos, para que as medidas adotadas atendam às suas reais necessidades e promovam seu sucesso acadêmico e social.

A implementação da Política de Permanência para estudantes surdos nas universidades brasileiras, especialmente nas universidades públicas como a UFRB, tem mostrado resultados positivos, embora com desafios persistentes. Essa política tem como objetivo garantir a inclusão dos estudantes surdos no ensino superior, proporcionando acesso a recursos e apoio para sua permanência durante toda a trajetória acadêmica. A experiência acadêmica dos estudantes surdos na UFRB, de modo geral, reflete a eficácia de algumas dessas medidas, mas também aponta para a necessidade de melhorias em várias áreas.

Uma das conquistas mais importantes da política de permanência é a criação de recursos e adaptações para assegurar a acessibilidade dos estudantes surdos. A presença de intérpretes de Libras, a oferta de materiais em formatos acessíveis, como legendas e traduções, e a adequação do ambiente acadêmico para garantir a comunicação são passos fundamentais na inclusão. Esses recursos têm possibilitado que os estudantes surdos participem ativamente das atividades acadêmicas, ampliando suas chances de sucesso no ensino superior (AMORIM; CASTRO; GIMENEZ, 2020). A inclusão, portanto, não se limita ao acesso, mas se estende à permanência e ao progresso acadêmico.

Entretanto, os desafios ainda são substanciais. A insuficiência de intérpretes de Libras em número adequado e a falta de formação específica para alguns docentes e servidores administrativos sobre as necessidades dos estudantes surdos são obstáculos recorrentes. Embora as políticas afirmativas tenham sido implementadas com sucesso, a adaptação do currículo e as práticas pedagógicas ainda não estão totalmente alinhadas com as necessidades dos alunos surdos. Isso cria barreiras invisíveis que afetam diretamente a experiência acadêmica, como a dificuldade de comunicação nas aulas e a falta de acompanhamento pedagógico contínuo (BRUNO, 2019).

Além disso, a resistência de alguns membros da comunidade acadêmica à adoção de práticas inclusivas é outro fator que limita o sucesso da política de permanência. A resistência é frequentemente motivada pela falta de conhecimento sobre a cultura surda e as especificidades dessa população, o que pode resultar em um ambiente acadêmico

pouco acolhedor e que não favorece a plena participação dos alunos surdos (GOMES; SILVA; SOUZA, 2018).

A permanência dos estudantes surdos no ensino superior não depende apenas da oferta de recursos de acessibilidade, mas também de um ambiente culturalmente inclusivo. A criação de espaços de convivência e atividades extracurriculares voltadas para os surdos é uma estratégia importante, pois contribui para a construção de uma rede de apoio social e acadêmico que facilita a integração dos estudantes e minimiza o isolamento (ESDRAS; GALASSO, 2017). Além disso, o apoio contínuo em termos de tutoria e acompanhamento pedagógico pode ser um diferencial importante para garantir a equidade entre os estudantes surdos e seus colegas ouvintes (FREITAS, 2019).

A continuidade dos investimentos em tecnologia assistiva também é essencial para promover a independência dos estudantes surdos, permitindo que eles tenham acesso a ferramentas que facilitem o aprendizado e a comunicação. A adoção de plataformas de ensino digital que integrem a tradução de Libras e legendas em tempo real, por exemplo, pode ser uma forma de complementar o trabalho dos intérpretes e garantir que os alunos surdos tenham uma experiência acadêmica mais autônoma e eficaz (DIBBERN; CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2018).

Em suma, os resultados da política de permanência para estudantes surdos na UFRB são positivos, mas ainda há desafios a serem superados para que a inclusão seja realmente efetiva. O sucesso dessa política depende da continuidade do apoio institucional, da capacitação dos profissionais envolvidos, e da criação de um ambiente acadêmico que respeite e valorize a cultura surda. Assim, vale destacar que a melhoria contínua da infraestrutura de acessibilidade e do apoio pedagógico é crucial para garantir que os estudantes surdos não apenas ingressem na universidade, mas também consigam concluir seus cursos com sucesso e integrar-se plenamente ao ambiente acadêmico.

A implementação das políticas de permanência tem um impacto direto na experiência acadêmica dos estudantes surdos, permitindo que eles superem barreiras históricas de exclusão. No entanto, para que essa experiência seja ainda mais enriquecedora, é necessário que a UFRB e outras universidades continuem investindo em soluções inovadoras, como o aumento de recursos humanos qualificados e o aprimoramento das práticas pedagógicas inclusivas.

III. COMPARAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM OUTRAS INSTITUIÇÕES

3.1 Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa com abordagem exploratória e descritiva. O formato qualitativo foi escolhido para compreender as percepções, desafios e necessidades dos estudantes surdos da UFRB em relação à política de permanência renovada pela universidade. A pesquisa busca analisar a implementação dessa política, focando nos recursos de acessibilidade e nas experiências acadêmicas dos estudantes surdos. Para isso, também foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que revelou o embasamento teórico necessário para a análise dos dados encontrados.

A pesquisa bibliográfica consiste em uma revisão de literatura sobre a inclusão de estudantes surdos no ensino superior, com foco na permanência desses alunos e nas políticas públicas voltadas para a acessibilidade. Foram consultados artigos acadêmicos, dissertações, teses e livros que discutem os desafios enfrentados pelos surdos no ensino superior, as políticas afirmativas e as práticas pedagógicas inclusivas. Entre as principais referências, destacam-se as obras de Amorim et al. (2020) sobre a interculturalidade no ensino de surdos.

Para além disso, uma pesquisa de campo foi realizada por meio da aplicação de um questionário, com o objetivo de avaliar a percepção dos estudantes surdos sobre a política de permanência na UFRB. Este questionário foi respondido por três estudantes surdos da universidade, que compartilharam suas experiências pessoais e pontos de vista sobre acessibilidade e inclusão. O questionário contempla aspectos como o conhecimento da política de permanência, a adequação dos recursos de acessibilidade (intérpretes de Libras e materiais adaptados), a igualdade de acesso às atividades acadêmicas e os vivenciados no dia a dia acadêmico.

O questionário foi estruturado em questões fechadas (múltipla escolha) e abertas, permitindo tanto a avaliação objetiva da percepção dos participantes quanto a coleta de sugestões para melhorar a política de permanência. As questões abordadas:

- O conhecimento sobre a política de permanência da UFRB;
- A avaliação da oferta de intérpretes dentro da Academia;
- A experiência dos estudantes em relação ao acesso na Universidade;
- As principais dificuldades enfrentadas por eles.

3.2 Aplicação de questionário

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário estruturado, com questões fechadas de múltipla escolha e perguntas abertas para coleta de dados qualitativos. O questionário foi projetado para avaliar a experiência dos estudantes surdos em diferentes aspectos do ambiente acadêmico, desde a disponibilidade de recursos de acessibilidade até a percepção sobre a inclusão social no campus. As questões abertas permitiram que os participantes expressassem livremente suas opiniões e sugestões para o aprimoramento da política de permanência.

Os dados obtidos foram analisados e identificou-se padrões e temas comuns nas respostas dos participantes. As respostas permitiram a categorização dos desafios enfrentados pelos estudantes surdos, destacando aspectos como a falta de intérpretes suficientes, a inadequação de materiais didáticos, dificuldades de comunicação no ambiente acadêmico e experiências de discriminação. As sugestões fornecidas pelos participantes foram avaliadas para identificar ações práticas que poderiam ser inovadoras para melhorar a política de permanência.

Este estudo foi conduzido com base nas normas éticas para pesquisas envolvendo seres humanos. Todos os participantes receberam informações fornecidas sobre os objetivos do estudo e foram convidados a concordar com um Termo de Consentimento Livre E Esclarecido (TCLE), garantindo a confidencialidade e o anonimato das respostas.

3.3 Estudo comparativo das políticas de permanência em universidades públicas brasileiras

A implementação das Políticas de Permanência nas universidades públicas brasileiras representa um avanço significativo na inclusão educacional, garantindo acesso e permanência de estudantes marginalizados. Embora haja casos de sucesso, como na UFBA e UNB, desafios persistem, como recursos financeiros insuficientes, escassez de profissionais qualificados, falta de intérpretes de Libras, formação inadequada de docentes e resistência à cultura inclusiva (Amorim, Castro e Gimenez, 2020; Brasil, 2005; Bruno, 2019; Freitas, 2019; Gomes, Silva e Souza, 2018). Para superar esses obstáculos, é essencial investir em recursos financeiros e humanos, capacitar docentes e funcionários, contratar intérpretes de Libras e promover uma cultura inclusiva.

Apesar das dificuldades, há exemplos positivos de políticas de permanência bem-sucedidas em algumas universidades públicas brasileiras. A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por exemplo, implementou um programa de assistência pedagógica e apoio psicossocial focado nos estudantes surdos, com a presença de intérpretes e tutores especializados em Libras. A UFPE também adota medidas para melhorar a acessibilidade digital e física, proporcionando um ambiente mais adequado para os alunos surdos e com deficiência auditiva (Mesquita, 2018). Além disso, a Universidade Federal de Sergipe (UFS) tem se destacado pela integração de políticas de permanência com ações afirmativas, incluindo o uso de plataformas digitais acessíveis que permitem o acompanhamento acadêmico mais eficaz (GOMES; SILVA; SOUZA, 2018).

Outro exemplo de boa prática é a Universidade de São Paulo (USP), que oferece a possibilidade de acompanhamento acadêmico especializado e uma rede de apoio, com grupos de discussão e formação de grupos de convivência para estudantes com deficiência auditiva. A USP também oferece acesso a tecnologias assistivas, como softwares de leitura e tradutores de Libras, garantindo maior autonomia e acesso ao conteúdo acadêmico para os alunos surdos (MAGALHÃES, 2023).

Embora o cenário seja diverso, é possível identificar algumas semelhanças e diferenças nas políticas de permanência implementadas nas universidades públicas brasileiras. As universidades de maior porte, como a UNB e a UFBA, tendem a ter uma estrutura mais robusta e recursos financeiros mais disponíveis, permitindo que ofereçam uma gama mais ampla de serviços de apoio. No entanto, universidades de menor porte e localizadas em regiões mais afastadas ainda enfrentam sérias dificuldades para implementar essas políticas de forma eficaz. A escassez de recursos e a falta de capacitação de pessoal são os principais obstáculos encontrados nessas instituições (SCHNEIDER, 2017).

Além disso, as diferenças culturais entre as instituições também influenciam a forma como as políticas de permanência são percebidas e aplicadas. Em algumas universidades, a inclusão dos estudantes surdos é vista como um desafio a ser superado, enquanto em outras, a inclusão é entendida como uma necessidade urgente e prioritária (LOURENÇO, 2017).

A análise comparativa das políticas de permanência nas universidades públicas brasileiras revela que, embora existam avanços significativos na inclusão de estudantes surdos, ainda persiste um cenário de desafios, especialmente no que diz respeito à adaptação das universidades e à ampliação de recursos para garantir o sucesso acadêmico

desses estudantes. As políticas de permanência são fundamentais para assegurar não apenas o acesso, mas também a continuidade e o êxito desses alunos. Essas políticas envolvem ações que vão desde o apoio financeiro até a oferta de suporte pedagógico especializado, como a presença de intérpretes de Libras (AMORIM; CASTRO; GIMENEZ, 2020).

Em um estudo sobre as universidades públicas brasileiras, Ferreira (2022) destaca que algumas instituições têm se destacado pela criação de programas de apoio acadêmico e psicológico para estudantes surdos, com o objetivo de aumentar a taxa de permanência desses alunos. A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), por exemplo, têm desenvolvido práticas inclusivas, como a contratação de tradutores e intérpretes de Libras, além de cursos de capacitação para docentes e técnicos administrativos (GABRIEL et al., 2020). No entanto, essas práticas ainda não são uma realidade em todas as universidades, especialmente nas instituições de menor porte e nas localizadas em regiões com menor acesso a recursos (MAGALHÃES, 2023).

A resistência de alguns membros da comunidade acadêmica à adoção de práticas inclusivas também é um desafio significativo. Mesquita (2018) aponta que, embora a legislação garanta os direitos dos alunos surdos, a implementação dessas políticas ainda esbarra em dificuldades estruturais e culturais, principalmente pela falta de preparo de grande parte dos docentes para lidar com a diversidade linguística e cultural dos estudantes surdos. A formação contínua dos professores é essencial para que a inclusão seja efetiva e para que os alunos surdos possam se sentir parte do ambiente universitário (DIBBERN; CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2018).

Algumas universidades públicas têm investido em iniciativas para promover uma cultura inclusiva mais sólida. Schneider (2017) observa que, embora o processo de inclusão no ensino superior ainda seja desafiador, algumas universidades vêm se destacando por promover uma verdadeira mudança de mentalidade entre seus membros, com ações que vão desde a adaptação dos currículos até a criação de espaços físicos e pedagógicos acessíveis aos alunos surdos. Essas iniciativas, no entanto, precisam ser ampliadas para garantir que todos os estudantes surdos tenham as mesmas oportunidades de sucesso acadêmico e social.

Em relação à implementação das políticas de permanência, Gabriel et al. (2020) destacam que o acompanhamento contínuo dos alunos surdos é essencial para garantir que eles não apenas acessem a educação, mas que possam permanecer e se desenvolver ao longo do curso superior. Esse acompanhamento inclui não apenas o suporte

acadêmico, mas também o apoio emocional e psicológico, considerando os aspectos sociais e culturais da experiência dos estudantes surdos no contexto universitário.

Embora as políticas de permanência tenham avançado em algumas universidades públicas brasileiras, ainda há uma necessidade de maior uniformidade e aprofundamento das ações em prol da inclusão. O investimento em recursos materiais e humanos, como intérpretes de Libras e capacitação docente, é fundamental para que as universidades possam realmente garantir a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes surdos (FREITAS, 2019; MAGALHÃES, 2023).

Observa-se que as políticas de permanência nas universidades públicas brasileiras têm mostrado avanços importantes na inclusão de estudantes surdos, mas a implementação plena dessas políticas ainda enfrenta desafios estruturais e culturais. A continuidade e a expansão das políticas afirmativas e de apoio acadêmico são fundamentais para assegurar que esses estudantes possam alcançar seus objetivos acadêmicos e profissionais, sem enfrentar barreiras adicionais (AMORIM; CASTRO; GIMENEZ, 2020; FREITAS, 2019).

Para que as políticas de permanência nos cursos superiores se tornem mais eficazes, é crucial que as universidades públicas brasileiras desenvolvam ações que não só garantam o acesso de estudantes surdos, mas que também criem um ambiente de apoio contínuo durante toda a trajetória acadêmica. Isso inclui o fortalecimento de redes de suporte, como serviços de tutoria e orientação acadêmica especializada, além de estratégias para garantir a acessibilidade dos materiais didáticos e das atividades acadêmicas, como a tradução simultânea de aulas e a disponibilização de textos em formato acessível (LOUREÇO, 2017; GABRIEL et al., 2020).

Ademais, a inclusão de alunos surdos no ensino superior não pode se restringir apenas a medidas institucionais; ela precisa ser uma mudança de atitude que envolva toda a comunidade acadêmica. A sensibilização dos docentes e servidores para a importância da inclusão e a superação das barreiras linguísticas e culturais é essencial para que o ambiente universitário se torne verdadeiramente acolhedor. Freitas (2019) ressalta que, embora muitas universidades tenham avançado no desenvolvimento de políticas de apoio aos estudantes surdos, o sucesso dessas políticas depende da implementação de estratégias que envolvam também a adaptação da pedagogia institucional, com foco na valorização da língua de sinais como meio de comunicação fundamental.

A importância da formação continuada de professores e técnicos é outro ponto destacado por Schneider (2017), que observa que muitas universidades ainda carecem de

uma formação mais específica sobre os desafios enfrentados pelos estudantes surdos. Capacitar os docentes para lidar com questões como o uso da Libras em sala de aula e a adaptação de metodologias pedagógicas. A falta de preparação dos professores pode contribuir para a marginalização de estudantes surdos, o que impacta negativamente em sua permanência e sucesso acadêmico.

Outro desafio destacado por Bruno (2019) e Magalhães (2023) é a escassez de recursos financeiros, que limita a implementação plena das políticas de permanência. Muitas universidades enfrentam dificuldades orçamentárias para contratar intérpretes qualificados e para adaptar seus espaços físicos e virtuais, o que compromete a efetividade das ações afirmativas. Assim, é fundamental que as universidades públicas brasileiras busquem parcerias com órgãos governamentais e organizações não governamentais, a fim de garantir recursos suficientes para a implementação dessas políticas.

A análise de casos específicos, como a da UFBA, evidencia que a combinação de ações pedagógicas e culturais, como a inclusão de disciplinas que abordam a cultura surda, e o fortalecimento das estruturas de apoio aos estudantes surdos, pode resultar em uma experiência acadêmica mais rica e inclusiva. Esse tipo de abordagem tem se mostrado promissor para garantir a permanência e o sucesso desses estudantes (AMORIM; CASTRO; GIMENEZ, 2020).

Dessa maneira, observa-se que a construção de uma cultura universitária verdadeiramente inclusiva exige um esforço conjunto de todos os setores das universidades, desde a administração até os próprios alunos. A implementação de políticas de permanência para estudantes surdos deve ser vista não apenas como uma medida corretiva, mas como uma estratégia para enriquecer a diversidade do ambiente acadêmico, oferecendo oportunidades equitativas para todos. A continuidade dos avanços em relação à acessibilidade e ao suporte acadêmico é crucial para que as universidades públicas possam cumprir seu papel social de garantir a educação superior como um direito para todos, independentemente de sua condição ou origem (DIBBERN; CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2018).

É importante destacar a relevância do engajamento da comunidade acadêmica, em especial dos estudantes surdos, na construção e aprimoramento das políticas de permanência. A participação ativa desses alunos em espaços de diálogo, como conselhos universitários ou grupos de discussão, permite que suas necessidades e perspectivas sejam mais bem compreendidas, contribuindo para a formulação de políticas mais eficazes e alinhadas com as demandas do corpo estudantil. Esdras e Galasso (2017) apontam que a

escuta ativa dos estudantes surdos, tanto nas esferas formais quanto informais, fortalece as políticas públicas de inclusão, tornando-as mais sensíveis e ajustadas às realidades cotidianas desses alunos.

Dessa forma, a criação de redes de apoio, como grupos de estudantes surdos e a presença de profissionais especializados em surdez, como psicólogos e assistentes sociais, pode ser decisiva na promoção da permanência desses alunos. Essas redes são essenciais para que os estudantes não se sintam isolados e possam compartilhar experiências, soluções e estratégias que facilitem sua adaptação ao ambiente universitário. Bruno (2019) observa que, em muitas instituições, a criação de espaços voltados para o acolhimento e a troca de vivências entre os alunos surdos é um fator importante para aumentar a sensação de pertencimento e segurança dentro da universidade.

Contudo, a sustentabilidade dessas políticas de permanência também depende da capacitação continuada de todos os envolvidos no processo educacional, não só professores, mas também gestores e técnicos. A formação especializada em educação inclusiva, incluindo o uso de Libras e a compreensão das especificidades da cultura surda, tem sido um ponto crítico para a implementação de políticas de permanência bem-sucedidas. Mesquita (2018) destaca que a capacitação contínua e a atualização dos docentes sobre os avanços na legislação, assim como sobre as melhores práticas educacionais para atender a alunos surdos, são fundamentais para garantir um processo de ensino-aprendizagem mais inclusivo e acessível.

Por outro lado, é preciso também que a universidade se preocupe com a adaptação do currículo e da avaliação. A implementação de adaptações curriculares, como a oferta de disciplinas em Libras ou a utilização de tecnologias assistivas, deve ser uma prioridade para que os alunos surdos possam se integrar plenamente ao conteúdo acadêmico. Ainda, Ferreira (2022) destaca que a flexibilização curricular e a oferta de métodos de ensino diversificados são práticas que podem reduzir as desigualdades e promover a inclusão efetiva desses estudantes no ensino superior.

Assim, as políticas de permanência para estudantes surdos nas universidades públicas brasileiras ainda enfrentam desafios consideráveis, mas o caminho para a superação desses obstáculos está na melhoria contínua das práticas inclusivas, na ampliação dos recursos disponíveis e na promoção de um ambiente acadêmico que celebre a diversidade. Como apontam Dibbern, Cristofolletti e Serafim (2018), o compromisso social das universidades públicas é fundamental para que se construa uma

sociedade mais justa, em que a educação superior seja um direito universal, acessível a todos os cidadãos, independentemente de sua condição social ou de deficiência.

3.4 Recurso oferecidos pelas universidades públicas para estudantes surdos

As universidades públicas brasileiras têm avançado nas últimas décadas no desenvolvimento de recursos e serviços voltados para a inclusão de estudantes surdos. A seguir, serão abordados alguns dos principais recursos oferecidos pelas universidades públicas para estudantes surdos, com base nas políticas de inclusão e nas práticas adotadas pelas instituições.

Um dos principais recursos oferecidos é a tradução e interpretação de Libras durante as aulas. De acordo com Freitas (2019), a presença de intérpretes tem se mostrado essencial para o sucesso dos estudantes surdos, pois possibilita a compreensão das aulas e a comunicação direta com os professores e colegas.

Além disso, muitas universidades públicas oferecem o serviço de tradução e legendagem de materiais didáticos, como livros, artigos e apresentações de slides. Isso contribui para que os alunos surdos tenham acesso aos mesmos conteúdos de forma equitativa. Este serviço é especialmente importante, pois muitos estudantes surdos não têm acesso a livros didáticos em Libras ou materiais adaptados, o que pode dificultar a compreensão do conteúdo abordado nas aulas (MESQUITA, 2018). Segundo Gabriel et al. (2020), a adaptação dos materiais didáticos e a utilização de recursos multimodais são práticas recomendadas para promover a inclusão de alunos surdos.

Além da tradução e adaptação de materiais, algumas universidades oferecem cursos e programas de formação em Libras para professores, técnicos administrativos e estudantes ouvintes, com o objetivo de criar um ambiente mais inclusivo e promover a comunicação entre surdos e ouvintes. Essa formação é essencial para sensibilizar a comunidade acadêmica e proporcionar um ambiente mais acolhedor e acessível para os alunos surdos. Loureiro (2017) destaca que o ensino de Libras não deve se restringir apenas a cursos específicos para surdos, mas deve ser parte do currículo da universidade, a fim de garantir que todos os membros da comunidade acadêmica possam se comunicar de forma eficaz.

Outro recurso importante oferecido por algumas universidades públicas é o auxílio para a adaptação de espaços físicos. Isso envolve a criação de salas de aula adaptadas, com recursos como sistemas de amplificação sonora e câmeras de vídeo para facilitar a

leitura labial, bem como a disponibilização de ambientes acessíveis para a realização de provas e atividades acadêmicas. A acessibilidade arquitetônica também é uma preocupação fundamental para garantir que os estudantes surdos possam circular livremente pelos campi e acessar todas as instalações da universidade. Gomes, Silva e Souza (2018) ressaltam que a adaptação do ambiente físico é um dos fatores que mais impactam na permanência dos alunos surdos, pois permite que eles se sintam mais seguros e confortáveis.

Em relação ao apoio psicossocial, algumas universidades públicas oferecem serviços de orientação e apoio psicológico voltados especificamente para os estudantes surdos. Esses serviços visam ajudar os alunos a lidarem com questões emocionais e sociais relacionadas à sua condição de surdez. Esse suporte também é importante para auxiliar os estudantes na superação das barreiras de comunicação e na adaptação ao sistema educacional, que muitas vezes não está preparado para lidar com a diversidade linguística e cultural presente entre os estudantes surdos (DIBBERN; CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2018).

A continuidade e ampliação dos recursos oferecidos pelas universidades públicas para estudantes surdos dependem de uma série de fatores, incluindo o comprometimento das instituições com a inclusão e a adaptação constante às necessidades desse público. A capacitação de profissionais, como intérpretes e professores, é uma das áreas mais sensíveis para garantir a efetividade desses recursos. De acordo com Freitas (2019), as universidades devem adotar estratégias de formação contínua para seus profissionais, tanto docentes quanto técnicos-administrativos, para que possam atender adequadamente aos alunos surdos. A inclusão de cursos regulares de Libras no currículo universitário é uma ação essencial, permitindo que mais pessoas da comunidade acadêmica compreendam e se conectem com a cultura surda.

A promoção de um ambiente culturalmente inclusivo também é uma estratégia importante. O acesso à cultura surda, por meio de eventos, palestras e espaços de troca de experiências, é fundamental para fortalecer a identidade dos estudantes surdos e permitir que se sintam representados dentro da universidade. Nesse sentido, Lourenço (2017) argumenta que a cultura surda deve ser parte integrante da cultura universitária, e a universidade deve ser um lugar onde todas as identidades são respeitadas e valorizadas, promovendo o reconhecimento da língua de sinais e da cultura surda como componentes legítimos da sociedade.

Já Magalhães (2023) enfatiza que a maior parte dos desafios não está apenas na implementação dos recursos, mas também na mudança de atitudes e na sensibilização da comunidade acadêmica. Logo, as universidades devem estar dispostas a questionar e adaptar suas estruturas e práticas para garantir um ambiente verdadeiramente inclusivo.

É essencial que as universidades públicas invistam na criação de mecanismos de feedback, nos quais os próprios estudantes surdos possam relatar suas experiências e sugerir melhorias nos recursos e serviços oferecidos. Essa abordagem participativa não apenas garante que as políticas e práticas de inclusão sejam mais eficazes, mas também reforça o protagonismo dos alunos na construção de um ambiente educacional mais justo e acessível. A participação ativa dos estudantes surdos na avaliação e no desenvolvimento das políticas de permanência ajuda a garantir que as ações da universidade atendam de fato às suas necessidades reais e expectativas (FREITAS, 2019).

Outro aspecto relevante é a questão da adaptação dos currículos acadêmicos. A implementação de metodologias de ensino flexíveis, que considerem a diversidade linguística e cultural dos alunos surdos, é um passo fundamental para a promoção de um ensino superior verdadeiramente inclusivo. Nesse sentido, a capacitação dos docentes em Libras em estratégias de ensino para surdos se mostra imprescindível. A promoção de uma educação que valorize o bilinguismo (Libras e Língua Portuguesa) é um ponto de convergência entre as políticas de permanência e as práticas pedagógicas inclusivas. Isso permite que os estudantes surdos possam não apenas acessar o conteúdo acadêmico, mas também se expressar com liberdade e autonomia em seu ambiente universitário (Lourenço, 2017).

É importante destacar o papel da tecnologia como aliada no processo de inclusão dos estudantes surdos. O uso de ferramentas tecnológicas, como plataformas de aprendizado online adaptadas, legendas em vídeos e softwares de tradução em tempo real, pode ampliar o acesso ao conteúdo acadêmico e promover maior autonomia para os alunos. Essas tecnologias, quando bem implementadas, oferecem uma solução prática para barreiras de comunicação e garantem que os estudantes surdos possam participar ativamente de todas as etapas do processo educacional (SCHNEIDER, 2017).

No entanto, como aponta Mesquita (2018), a implementação dessas políticas de forma eficaz exige uma gestão pública comprometida com a inclusão, que aloque os recursos necessários e crie uma estrutura institucional capaz de sustentar a permanência dos estudantes surdos no ensino superior. A criação de centros de apoio à inclusão, onde esses alunos possam contar com atendimento especializado, desde a orientação

acadêmica até o suporte psicológico, é uma medida essencial para assegurar sua adaptação ao ambiente universitário. Esses centros funcionam como espaços integradores, nos quais os alunos podem ter acesso a serviços de apoio individualizado, ampliando as chances de sucesso e conclusão de curso.

As instituições de ensino ao adotarem políticas de permanência para estudantes surdos devem refletir constantemente sobre os desafios que ainda precisam ser enfrentados e o impacto real das medidas implementadas. As políticas devem ser dinâmicas e adaptativas, permitindo que os recursos e estratégias de inclusão sejam ajustados conforme as necessidades dos alunos e as mudanças nas políticas públicas. O desenvolvimento contínuo de ações que busquem eliminar barreiras arquitetônicas, sociais e pedagógicas será fundamental para consolidar a inclusão plena dos estudantes surdos no ensino superior brasileiro (MAGALHÃES, 2023).

A promoção de uma cultura acadêmica inclusiva deve começar com a educação sobre a surdez e a língua de sinais. Isso pode ser feito por meio de cursos de formação para professores e funcionários, que abordem desde as bases da Língua Brasileira de Sinais até as especificidades da cultura surda. A convivência diária com a comunidade surda, tanto no ambiente acadêmico quanto em atividades culturais e sociais promovidas pela universidade, contribui para o desmantelamento de estigmas e preconceitos, proporcionando um espaço mais acolhedor e integrador. A visibilidade de alunos surdos em espaços acadêmicos, como seminários, congressos e eventos culturais, também tem um impacto significativo, não apenas na valorização da identidade surda, mas também na normalização da presença dos surdos no ensino superior (AMORIM; CASTRO; GIMENEZ, 2020).

Os processos seletivos para ingresso no ensino superior devem ser cada vez mais acessíveis. A inclusão de surdos nas universidades públicas começa muito antes da matrícula, com a revisão das condições de acesso aos processos seletivos. A adaptação de provas, a presença de intérpretes de Libras em entrevistas e outras ações de acessibilidade durante o vestibular e concursos acadêmicos são essenciais para garantir que os estudantes surdos tenham as mesmas oportunidades que os demais. A implementação de políticas afirmativas, como cotas específicas para pessoas com deficiência, também se faz necessária para aumentar o número de estudantes surdos nas universidades e garantir a representatividade dessa população no ensino superior (BRUNO, 2019).

Portanto, o caminho para a inclusão plena de estudantes surdos nas universidades públicas passa por uma combinação de estratégias pedagógicas, políticas institucionais e

apoio social, envolvendo todas as esferas da sociedade acadêmica. As universidades devem estar atentas às necessidades desse público, ajustando suas práticas para garantir o acesso, a permanência e o sucesso desses alunos no ensino superior. Somente com uma abordagem integrada e contínua será possível alcançar a verdadeira inclusão dos estudantes surdos nas universidades públicas brasileiras (GOMES; SILVA; SOUZA, 2018; MESQUITA, 2018).

O acompanhamento contínuo da trajetória acadêmica dos estudantes surdos também é um aspecto fundamental para o sucesso das políticas de permanência. Isso pode ser feito por meio de serviços de tutoria acadêmica e orientação pedagógica especializados que considerem as particularidades do processo de aprendizagem de estudantes surdos. Esses serviços não apenas auxiliam no esclarecimento de dúvidas acadêmicas, como também oferecem um suporte emocional e psicológico, essencial para a construção de uma trajetória acadêmica positiva e para a redução da evasão

A promoção de intercâmbios culturais e acadêmicos também pode contribuir para a ampliação da visão da comunidade universitária sobre a surdez, possibilitando a criação de uma cultura institucional verdadeiramente inclusiva. As universidades devem, portanto, buscar constantemente melhorar suas políticas de inclusão, com foco não apenas no acesso, mas na permanência e no sucesso acadêmico dos estudantes surdos (AMORIM; CASTRO; GIMENEZ, 2020).

As práticas de inclusão no ensino superior não devem ser vistas como um esforço isolado, mas como um processo contínuo e multifacetado, que exige a participação de todos os membros da comunidade acadêmica, desde a gestão até os estudantes. A formação de uma universidade inclusiva é, portanto, um compromisso que precisa ser abraçado por toda a instituição, com o objetivo de garantir que os estudantes surdos, assim como qualquer outro grupo social, possam ter as mesmas oportunidades de acesso e sucesso no ensino superior (BRUNO, 2019; DIBBERN; CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2018).

Portanto, o sucesso das políticas de permanência depende não apenas da implementação de recursos materiais, mas também de uma mudança cultural profunda dentro das universidades, que reconheçam e valorizem as diversas formas de ser e de aprender. A verdadeira inclusão acadêmica será alcançada quando os estudantes surdos não apenas tiverem acesso às universidades, mas também se sentirem plenos protagonistas de suas histórias acadêmicas e profissionais.

4.5 Contribuições e limitações das estratégias para a formação e conclusão de curso

As estratégias de permanência para estudantes surdos no ensino superior, voltadas para a formação e a conclusão de curso, têm apresentado contribuições importantes, também revelam limitações que precisam ser constantemente analisadas e superadas. No entanto, a eficácia dessas ações está intimamente ligada à qualidade e à abrangência de sua implementação, bem como à mudança cultural necessária dentro das instituições de ensino superior.

Uma das principais contribuições das estratégias de permanência para a formação de estudantes surdos é a criação de um ambiente educacional mais igualitário e acessível. Além disso, a adaptação de avaliações e a implementação de metodologias de ensino diferenciadas favorecem a participação plena dos alunos surdos no processo de aprendizagem, permitindo que eles se desenvolvam academicamente de maneira mais equitativa em relação aos estudantes ouvintes (AMORIM; CASTRO; GIMENEZ, 2020).

Outro aspecto positivo das estratégias de permanência é a oferta de apoio psicológico e tutoria acadêmica, serviços que ajudam os estudantes a superarem as barreiras emocionais e sociais que podem surgir ao ingressar em uma universidade com um ambiente majoritariamente ouvinte. Esse suporte é fundamental para que os estudantes surdos não apenas concluam seus cursos, mas também se sintam pertencentes à comunidade acadêmica, o que pode aumentar sua motivação e desempenho. Além disso, a presença de tutores especializados em surdez, que entendem as necessidades específicas desses alunos, é uma estratégia relevante para garantir o sucesso acadêmico (FREITAS, 2019).

No entanto, existem limitações significativas que comprometem a plena efetividade dessas estratégias. Uma das principais limitações é a falta de formação adequada dos docentes, que, muitas vezes, não têm domínio de Libras ou de metodologias inclusivas necessárias para atender os estudantes surdos de maneira eficaz. Embora alguns professores possam se esforçar para implementar estratégias inclusivas, a ausência de uma formação contínua e estruturada resulta em práticas pedagógicas que nem sempre são adequadas às necessidades dos estudantes surdos. Logo, esse cenário pode gerar frustração e desmotivação entre os alunos, prejudicando sua experiência acadêmica e, por conseguinte, seu desempenho (SCHNEIDER, 2017).

As estratégias de permanência ainda carecem de uma maior integração com as políticas de acessibilidade e de inclusão social dentro das universidades. Muitas vezes, a

implementação dessas políticas ocorre de forma isolada, sem um planejamento integrado entre os diferentes setores da universidade. A falta de uma abordagem mais holística pode resultar em fragmentação dos serviços oferecidos, dificultando a efetiva inclusão dos estudantes surdos no cotidiano acadêmico e social da instituição. A ausência de uma política institucional clara e articulada sobre a inclusão da pessoa surda pode resultar em desafios significativos para sua permanência e conclusão do curso (DIBBERN; CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2018).

Além disso, a resistência cultural de parte da comunidade acadêmica pode ser um obstáculo significativo. A inclusão de estudantes surdos demanda uma mudança no paradigma educacional, que ainda está predominantemente centrado nas necessidades de estudantes ouvintes. Isso requer um esforço institucional para sensibilizar e engajar professores, técnicos e estudantes em torno da importância da inclusão. A resistência pode ser observada, especialmente em disciplinas que exigem maior adaptação pedagógica, como nas áreas de exatas e ciências, onde as dificuldades de adaptação podem ser mais acentuadas devido à natureza do conteúdo (BRUNO, 2019).

Em termos de conclusão de curso, as limitações das estratégias de permanência também se refletem na dificuldade de alguns estudantes surdos em concluir seus cursos no tempo estipulado. A necessidade de adaptações nos currículos e na metodologia de avaliação, embora sejam recursos fundamentais para garantir a inclusão, acabam por prolongar o tempo de formação de alguns estudantes. A falta de uma abordagem mais flexível, que considere as especificidades do processo de aprendizagem dos alunos surdos, pode contribuir para a evasão ou para a demora na conclusão do curso (FERREIRA, 2022).

Para garantir que as estratégias de permanência sejam eficazes a longo prazo, é essencial que as universidades públicas busquem constantemente a atualização e a inovação nas políticas e práticas inclusivas.

Outro ponto relevante para a eficácia das estratégias de permanência é o apoio contínuo durante a jornada acadêmica, não apenas no momento da matrícula. O acompanhamento personalizado dos estudantes surdos, desde o início até a conclusão do curso, pode fazer a diferença em sua trajetória acadêmica. Programas de tutoria, mentorias acadêmicas e ações de acolhimento no início de cada semestre são fundamentais para criar um ambiente acolhedor e reduzir a sensação de isolamento que muitos estudantes surdos ainda enfrentam. A oferta de espaços de socialização entre estudantes surdos e ouvintes também pode contribuir para a construção de uma cultura mais inclusiva dentro

da universidade, favorecendo o aprendizado colaborativo e o respeito à diversidade (GABRIEL et al., 2020).

Outro ponto a destacar é a participação ativa dos estudantes surdos na formulação e implementação das políticas de permanência que é crucial para que essas estratégias atendam, de fato, às suas necessidades. A escuta ativa dos alunos, por meio de grupos de discussão, reuniões periódicas e mecanismos de feedback, pode fornecer informações valiosas sobre os desafios reais enfrentados por eles durante sua jornada acadêmica, possibilitando ajustes nas políticas existentes. Isso também reforça o empoderamento dos estudantes surdos, incentivando a sua autonomia e promovendo um senso de pertencimento ao ambiente universitário (FERREIRA, 2022).

É importante destacar, no entanto, que a implementação de políticas de permanência não deve ser vista apenas como uma responsabilidade das universidades, mas também como parte de um compromisso mais amplo da sociedade. As políticas públicas para a educação inclusiva devem ser continuamente avaliadas e aprimoradas para que as universidades possam contar com um suporte institucional consistente.

Dessa forma, será possível construir uma sociedade mais inclusiva e equitativa, em que todos tenham as mesmas oportunidades de acesso ao conhecimento e ao sucesso educacional, independentemente de suas condições de surdez (SCHNEIDER, 2017).

A criação de um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo demanda esforços contínuos das universidades, professores, funcionários e, especialmente, dos próprios alunos surdos. A implementação de medidas que garantam não apenas o acesso, mas a permanência e a conclusão do curso de forma bem-sucedida, é essencial para que esses estudantes possam ter a mesma experiência acadêmica que seus pares ouvintes, sem barreiras físicas, pedagógicas ou sociais que os limitem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da implementação da política de permanência para pessoas surdas no ensino superior, com foco na experiência da UFRB, revela tanto os avanços quanto as limitações que ainda persistem na inclusão efetiva dos estudantes surdos. Embora as políticas afirmativas de acesso ao ensino superior tenham promovido importantes avanços no ingresso desses alunos, as estratégias voltadas para a permanência e para o sucesso acadêmico precisam ser continuamente aprimoradas. As universidades devem adotar práticas mais integradas e sensíveis às necessidades dos estudantes surdos, considerando não apenas o fornecimento de recursos materiais e tecnológicos, mas também a criação de um ambiente acadêmico que valorize e respeite a cultura surda.

A pesquisa destacou a importância de um suporte contínuo ao longo da trajetória acadêmica dos estudantes surdos, com programas de acompanhamento, tutorias e capacitação dos docentes e servidores para lidar com as especificidades dessa população. A oferta de recursos de acessibilidade, como intérpretes de Libras, legendagem e softwares assistivos, é fundamental para garantir a plena participação dos estudantes no processo educacional. No entanto, ainda existem desafios significativos, como a resistência cultural dentro das universidades e a falta de uma maior formação especializada de professores para lidar com a diversidade linguística e cultural dos alunos surdos.

Outro ponto importante identificado na pesquisa foi a necessidade de políticas mais robustas que envolvam tanto as universidades quanto os órgãos públicos e a sociedade em geral. O financiamento de ações de inclusão, o apoio institucional constante e a integração da cultura surda nos currículos acadêmicos são aspectos cruciais para que os estudantes surdos possam não apenas ingressar nas universidades, mas também permanecer e concluir seus cursos com sucesso. A valorização da Libras, a promoção da diversidade e o fortalecimento de um currículo inclusivo são essenciais para que a inclusão se torne uma realidade no ensino superior.

Portanto, a implementação de políticas de permanência deve ser vista como um processo contínuo e dinâmico, que exige o comprometimento das instituições de ensino superior em criar um ambiente de igualdade, acessibilidade e respeito à diversidade. A universidade deve ser um espaço de transformação social, onde todos, independentemente de suas diferenças, tenham as mesmas oportunidades de acesso ao conhecimento e ao

sucesso acadêmico. O compromisso da UFRB e de outras universidades públicas com a inclusão de estudantes surdos é um passo importante para a construção de uma educação superior mais justa e democrática, onde a diversidade é não apenas reconhecida, mas celebrada.

A educação inclusiva e as políticas públicas para pessoas com deficiência, especialmente os surdos, representam um campo em constante evolução no Brasil. A implementação de diretrizes e a promoção de uma cultura inclusiva são essenciais para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. As experiências e os desafios enfrentados por alunos surdos nas instituições de ensino superior exigem uma reflexão crítica e um comprometimento de todos os envolvidos na educação, desde gestores e educadores até a comunidade acadêmica em geral. A inclusão deve ser entendida não apenas como uma meta, mas como um princípio que orienta a prática educativa, promovendo a diversidade e o respeito à identidade cultural de cada estudante.

Embora a inclusão de estudantes surdos no ensino superior tenha avançado com as políticas de permanência, é necessário um esforço contínuo para superar as barreiras ainda presentes, garantindo a esses estudantes as condições adequadas para o desenvolvimento acadêmico pleno. A construção de uma universidade verdadeiramente inclusiva depende da atuação conjunta de toda a comunidade acadêmica e da sociedade, com políticas públicas eficazes, recursos adequados e uma mudança cultural profunda que promova a acessibilidade e a valorização da cultura surda em todos os níveis educacionais.

Em síntese, o contexto da política de permanência para pessoas surdas na UFRB reflete tanto os avanços conquistados quanto os desafios persistentes no processo de inclusão no ensino superior. A análise da implementação dessas políticas requer uma abordagem crítica e propositiva, considerando as especificidades locais, as demandas da comunidade surda e os compromissos institucionais com a democratização da educação. A UFRB, como uma universidade comprometida com a democratização da educação, tem o potencial de se tornar um modelo de inclusão para outras instituições, reforçando o papel da educação como direito fundamental e instrumento de transformação social.

REFERÊNCIAS

AMORIM, T. C. P.; CASTRO, F. O.; GIMENEZ, R. Os surdos no Ensino Superior: uma visão intercultural – Brasil e Portugal. **Cadernos de Pesquisa**, out-dez, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**, p.11. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 31 de out de 2024.

BRUNO, M. Políticas afirmativas para a inclusão do surdo no ensino superior: algumas reflexões sobre o acesso, a permanência e a cultura universitária. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 92, n. 232, 2019.

DIBBERN, T. A.; CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M. P. Educação em Direitos Humanos: um panorama do compromisso social da Universidade Pública. **Educação Revista**, v. 34, 2018.

ESDRAS, D.; GALASSO, B. **Panorama da Educação de Surdos no Brasil: Ensino Superior**. Rio de Janeiro: INES, 2017.

FERREIRA, R. C. C. Estudantes surdos no ensino técnico e superior: uma análise da produção bibliográfica no Brasil entre 2015 e 2019. **Revista Transmutarem**, Curitiba, v. 7, e12769, p. 1-21, 2022.

FREITAS, C. R. **A inclusão de alunos surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: e agora, o que fazer?** 2019. 137 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2019.

GABRIEL, R. L. et.al. Reflexões sobre o acesso de alunos surdos no Ensino Superior: uma trajetória de vitórias e desafios. **Research, Society and Development**, v.9, n. 12, e48991212155, 2020.

GOMES, C. R.; SILVA, J. P. dá; SOUZA, R. de C. S. Educação inclusiva de estudantes surdos na Universidade Federal de Sergipe. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 61-76, 11 jul. 2018.

LOURENÇO, K. R. **Currículo surdo: Libras na escola e desenvolvimento da cultura surda**. 2017. 263f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

MAGALHÃES, V. C. F. **FATORES DA INACESSIBILIDADE E PERMANÊNCIA DOS DISCENTES SURDOS NO ENSINO SUPERIOR**. In: Anais do Simpósio Por Libras - Estudos Linguísticos e Culturais das Línguas: Interface entre Linguagem e Sociedade. Anais... Cascavel (PR) UNIOESTE, 2023.

MESQUITA, L. S. Políticas públicas de inclusão: o acesso da pessoa surda ao ensino superior. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 255- 273, jan./mar. 2018.

MONTEIRO, Mirna Salerno. Mestres e Doutores Surdos: um estudo sobre a crescente formação especializada de pessoas surdas no Brasil. **Revista Espaço**, Jul-Dez, 2017.

SCHNEIDER, Roseleia. **Educação Inclusiva no Ensino Superior para alunos surdos: Resistências e desafios**. Tese, 193p. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de passo Fundo. Passo Fundo, 2017.

TABELAS COM RESPOSTAS DOS TRÊS RESPONDESTES DO QUESTIONÁRIO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PERMANÊNCIA PARA PESSOAS SURDAS NA UFRB

1. Perfil do Respondente				
1.1 Você é:				Total
Estudante	X	X	X	3
Professor				0
Gestor				0
Outro				0
1.2 Você possui algum tipo de contato ou experiência com estudantes surdos na UFRB?				Total
Sim	X	X	X	3
Não				0
1.3 Há quanto tempo você faz parte da UFRB?				Total
Menos de 1 ano				0
1 a 3 anos	X			1
4 a 6 anos		X	X	2
Mais de 6 anos				0

2. Conhecimento e Percepção sobre a Inclusão de Pessoas Surdas				
2.1 Você conhece a política de permanência para pessoas surdas implementada na UFRB?				Total
Sim, conheço bem	X	X	X	3
Já ouvi falar, mas conheço pouco				0
Não conheço				0
2.2 Como você avalia a importância da política de permanência para estudantes surdos no ensino superior?				Total
Muito importante	X	X		2

Importante			X	1
Pouco importante				0
Desnecessário				0

3. Avaliação dos Recursos de Acessibilidade				
3.1 A UFRB oferece intérpretes de Libras e materiais adaptados para estudantes surdos?				Total
Sim, em todas as disciplinas		X		1
Sim, mas apenas em algumas disciplinas	X		X	2
Não, raramente são oferecidos				0
Não sei				0
3.2. Os recursos de acessibilidade disponíveis (intérpretes, materiais adaptados) atendem às necessidades dos estudantes surdos?				Total
Sim, plenamente				0
Sim, mas poderiam ser melhores	X	X	X	3
Não, são insuficientes				0
Não sei informar				0

4. Experiência Acadêmica e Suporte aos Estudantes Surdos				
4.1 Você acredita que os estudantes surdos têm acesso igualitário aos conteúdos e atividades acadêmicas?				Total
Sim				0
Em parte	X		X	2
Não		X		1
4.2. Quais são, na sua opinião, os principais desafios enfrentados por estudantes surdos na UFRB? (Escolha até 3 opções)				Total

Falta de intérpretes de Libras	X	X		2
Falta de materiais didáticos acessíveis		X	X	2
Infraestrutura inadequada				0
Preconceito e discriminação	X	X		2
Dificuldade de comunicação com professores e colegas	X	X		2
Outro	Falta de acessibilidade na tecnologia			1

5. Sugestões para Melhoria				
5.1. Na sua opinião, quais ações poderiam melhorar a política de permanência e inclusão de estudantes surdos na UFRB?				Total
Aumentar o número de intérpretes de Libras	X	X		2
Oferecer capacitação sobre inclusão para professores e estudantes	X	X		2
Melhorar a infraestrutura e adaptar materiais didáticos	X	X	X	3
Realizar campanhas de conscientização sobre a inclusão de pessoas surdas	X	X		2

Outro	Promover a acessibilidade na tecnologia			1
5.2. Gostaria de deixar algum comentário ou sugestão adicional sobre a política de inclusão para pessoas surdas na UFRB?				
	<p>A acessibilidade tecnológica em bibliotecas para traduzir livros e conteúdos para Libras é essencial para tornar a informação verdadeiramente acessível à comunidade surda.</p> <p>A implementação dessas tecnologias acessíveis pode transformar o ambiente da biblioteca, tornando-o mais inclusivo e promovendo o acesso igualitário ao conhecimento para pessoas surdas que usam Libras como sua principal língua</p>	<p>Minha opinião, acessibilidade precisa melhorar, prepara os professores da universidade conhece sobre a cultura surda, ande de recebe um surdo, aproveita mudar a metodologia do ensino, muitas vezes não aplicar para o surdo, principalmente a prova não são adaptada pelo docentes, precisa criar uma estratégia para prova, exemplo: se um surdo não foi bem na prova, precisa mudar o método e dividi a prova em um trabalho prático , ou fazer um apresentação, ou mapa mental com desenho, uma prova com mas desenho , também precisa facilita o aprendizado do surdo , totalmente diferente na aprendizagem, precisa fazer um estudo dirigir, que possa usar na prova, outra coisa uma aula por docentes da aula que tem</p>	<p>Eu Preciso a estudar, adaptar palavras da mente, mas muito é difícil. Qualquer pessoa, alguém boa, apoio, ajuda, me ensina, estudar...</p>	

		<p>muita informação isso significa o que pesa para o surdo que acabar dificultando o aprendizado do surdo, palavra difícil, palavra que não tem sinal e muito texto, etc... e outra coisa o docente dar o mesmo método de aprendizado na sala de aula para os ouvidos e surdos isso não é justo, precisa adaptar que cada um aprender diferente.</p>		
--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

APÊNDICE

Questionário sobre a Implementação da Política de Permanência para Pessoas Surdas na UFRB

Objetivo: Este questionário visa avaliar a percepção sobre a eficácia da política de permanência para estudantes surdos na UFRB, campus de Cruz das Almas, identificando os principais desafios e sugerindo melhorias no suporte oferecido.

1. Perfil do Respondente

1.1. Você é:

- Estudante
- Professor
- Gestor
- Outro: _____

1.2. Você possui algum tipo de contato ou experiência com estudantes surdos na UFRB?

- Sim
- Não

1.3. Há quanto tempo você faz parte da UFRB?

- Menos de 1 ano
- 1 a 3 anos
- 4 a 6 anos
- Mais de 6 anos

2. Conhecimento e Percepção sobre a Inclusão de Pessoas Surdas

2.1. Você conhece a política de permanência para pessoas surdas implementada na UFRB?

- Sim, conheço bem
- Já ouvi falar, mas conheço pouco
- Não conheço

2.2. Como você avalia a importância da política de permanência para estudantes surdos no ensino superior?

- Muito importante
- Importante

- Pouco importante
- Desnecessário

3. Avaliação dos Recursos de Acessibilidade

3.1. A UFRB oferece intérpretes de Libras e materiais adaptados para estudantes surdos?

- Sim, em todas as disciplinas
- Sim, mas apenas em algumas disciplinas
- Não, raramente são oferecidos
- Não sei

3.2. Os recursos de acessibilidade disponíveis (intérpretes, materiais adaptados) atendem às necessidades dos estudantes surdos?

- Sim, plenamente
- Sim, mas poderiam ser melhores
- Não, são insuficientes
- Não sei informar

4. Experiência Acadêmica e Suporte aos Estudantes Surdos

4.1. Você acredita que os estudantes surdos têm acesso igualitário aos conteúdos e atividades acadêmicas?

- Sim
- Em parte
- Não

4.2. Quais são, na sua opinião, os principais desafios enfrentados por estudantes surdos na UFRB? (Escolha até 3 opções)

- Falta de intérpretes de Libras
- Falta de materiais didáticos acessíveis
- Infraestrutura inadequada
- Preconceito e discriminação
- Dificuldade de comunicação com professores e colegas
- Outro: _____

5. Sugestões para Melhoria

5.1. Na sua opinião, quais ações poderiam melhorar a política de permanência e inclusão de estudantes surdos na UFRB?

- Aumentar o número de intérpretes de Libras
- Oferecer capacitação sobre inclusão para professores e estudantes
- Melhorar a infraestrutura e adaptar materiais didáticos
- Realizar campanhas de conscientização sobre a inclusão de pessoas surdas
- Outro: _____

5.2. Gostaria de deixar algum comentário ou sugestão adicional sobre a política de inclusão para pessoas surdas na UFRB?

TERMO CONSENTIMENTO

Joseane de Almeida Lemos pelo telefone 075981817077, e/ou pelo e-mail (josyalmeidasol323@gmail.com).

Esse Termo será assinado pelo Gov.br, ficando assim uma cópia com o Sr.(a) e enviada uma para a pesquisadora.

Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado.: **Análise da implementação da política de permanência para pessoa surda no ensino superior** o caso da ufrb de cruz das almas

<p><u>Alane Fontes Ramos</u> Nome do participante</p> <p><u>Alane Fontes Ramos</u> Assinatura do participante ou responsável</p>	<p>Data: __22__ / __11__ / __2024__</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------

Eu, Joseane de Almeida Lemos, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

<p>Documento assinado digitalmente gov.br JOSEANE DE ALMEIDA LEMOS Data: 12/12/2024 19:50:07-0300 Verifique em https://validar.it.gov.br</p> <p>Assinatura e carimbo do Pesquisador</p>	<p>Data: 22/11/2024.</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------

Título do Estudo: Análise da implementação da política de permanência para pessoa surda no ensino superior o caso da ufrb de cruz das almas

Pesquisador Responsável: Joseane de Almeida Lemos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é Investigar a implementação das políticas públicas de permanência no ensino superior para estudantes surdos com recorte no Campus de Cruz das Almas. Como os estudantes se sentiram, se houve algum ponto positivo ou negativo e provocar uma reflexão das instituições como lidar e entender as especificidades de cada discente.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, abordagem exploratória e descritiva pesquisa bibliográfica, com um questionário na, com questões subjetivas onde poderá ser respondido questões a respeito da realidade acadêmica dos ingressantes no curso de Tecnológico em Gestão Pública em 2015.1. Uma pesquisa de campo foi realizada por meio da aplicação de um questionário, com o objetivo de avaliar a percepção dos estudantes surdos sobre a política de permanência na UFRB. O questionário foi estruturado em questões fechadas (múltipla escolha) e abertas, permitindo tanto a avaliação objetiva da percepção dos participantes quanto a coleta de sugestões para melhorar a política de permanência. Os dados coletados serão de fundamentais importância para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso, mas seus dados pessoais não serão revelados.

A sua participação é fundamental para que os discentes se sintam-se representados e sua realidade tenha visibilidade dentro e fora dos espaços acadêmicos, onde cada um vive as suas particularidades, mas todos enfrentam lutas coletivas.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao vínculo que você recebe ou possa vir a receber na instituição.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Caso ocorra algum problema ou dano com o(a) Sr.(a), resultante de sua participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal e garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, com nexos causal com a pesquisa.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de gestão pública e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido ao Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que o(a) Sr.(a) queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, Joseane de Almeida Lemos pelo telefone 075981817077, e/ou pelo e-mail (josyalmeidasol323@gmail.com).

Esse Termo será assinado pelo Gov.br, ficando assim uma cópia com o Sr.(a) e enviada uma para a pesquisadora.

Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado.: **Análise da implementação da política de permanência para pessoa surda no ensino superior** o caso da ufrb de cruz das almas

<p>_____ Matheus Anacleto da Silva _____ Nome do participante</p> <p>Documento assinado digitalmente  MATHEUS ANACLETO DA SILVA Data: 12/12/2024 08:17:22-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p> <p>_____ Assinatura do participante ou responsável</p>	<p>Data: <u>12</u> / <u>12</u> / <u>2024</u></p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------

Eu, Joseane de Almeida Lemos, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

<p>Documento assinado digitalmente  JOSEANE DE ALMEIDA LEMOS Data: 12/12/2024 19:52:48-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p> <p>_____ Assinatura e carimbo do Pesquisador</p>	<p>Data: 12/12/2024.</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------

Título do Estudo: Análise da implementação da política de permanência para pessoa surda no ensino superior o caso da ufrb de cruz das almas

Pesquisador Responsável: Joseane de Almeida Lemos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é investigar a implementação das políticas públicas de permanência no ensino superior para estudantes surdos com recorte no Campus de Cruz das Almas. Como os estudantes se sentiram, se houve algum ponto positivo ou negativo e provocar uma reflexão das instituições como lidar e entender as especificidades de cada discente.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, abordagem exploratória e descritiva pesquisa bibliográfica, com um questionário na, com questões subjetivas onde poderá ser respondido questões a respeito da realidade acadêmica dos ingressantes no curso de Tecnológico em Gestão Pública em 2015.1. Uma pesquisa de campo foi realizada por meio da aplicação de um questionário, com o objetivo de avaliar a percepção dos estudantes surdos sobre a política de permanência na UFRB. O questionário foi estruturado em questões fechadas (múltipla escolha) e abertas, permitindo tanto a avaliação objetiva da percepção dos participantes quanto a coleta de sugestões para melhorar a política de permanência. Os dados coletados serão de fundamentais importância para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso, mas seus dados pessoais não serão revelados.

A sua participação é fundamental para que os discentes se sintam-se representados e sua realidade tenha visibilidade dentro e fora dos espaços acadêmicos, onde cada um vive as suas particularidades, mas todos enfrentam lutas coletivas.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr. (a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao vínculo que você recebe ou possa vir a receber na instituição.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Caso ocorra algum problema ou dano com o(a) Sr.(a), resultante de sua participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal e garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, com nexos causal com a pesquisa.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de gestão pública e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido ao Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que o(a) Sr.(a) queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, Joseane de Almeida Lemos pelo telefone 075981817077, e/ou pelo e-mail (josyalmeidasol323@gmail.com).

Esse Termo será assinado pelo Gov.br, ficando assim uma cópia com o Sr.(a) e enviada uma para a pesquisadora.

Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: **Análise da implementação da política de permanência para pessoa surda no ensino superior** o caso da ufrb de cruz das almas

<p>Iracema A. Novaes</p> <p>Nome do participante</p> <p>Documento assinado digitalmente</p> <p> IRACEMA ALMEIDA NOVAES Data: 13/12/2024 00:05:02-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p> <p>Assinatura do participante ou responsável</p>	<p>Data:</p> <p>__22__ / __11__ / __2024__</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------

Eu, Joseane de Almeida Lemos, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

<p>Documento assinado digitalmente</p> <p> JOSEANE DE ALMEIDA LEMOS Data: 13/12/2024 19:18:22-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p> <p>Assinatura e carimbo do Pesquisador</p>	<p>Data: 22/11/2024.</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------